



A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS SUPERIORES DO IFSP *CAMPUS* SÃO PAULO

Lucimara Del Pozzo Basso

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
lbasso@ifsp.edu.br

Susana Lopes Ribeiro Barboza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
susana.ribeiro@aluno.ifsp.edu.br

Resumo

Este trabalho tem por objetivo estudar as propostas de curricularização da extensão nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) do Instituto Federal de São Paulo, *Campus* São Paulo (IFSP-SPO). A pesquisa é de abordagem qualitativa e do tipo documental, tendo como fonte de informação os PPCs e utilizando a Análise de Conteúdo (AC) como técnica de análise dos documentos. Fundamenta-se em Gadotti (2017) e Lisbôa Filho (2022) como aporte teórico-conceitual, os quais defendem o papel formativo da extensão e seu potencial transformador da realidade. Focalizou-se a análise em cinco PPCs de três tipos de curso diferentes: Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado, os quais apresentam desenhos curriculares diferentes em relação à inserção da extensão em seus currículos. Constatou-se que a maioria dos cursos superiores do IFSP-SPO sugere a curricularização da extensão em disciplinas específicas de extensão. Contudo, percebem-se diferentes níveis de articulação entre a extensão e os itens constitutivos dos PPCs, e desenhos curriculares distintos entre os cursos.

Palavras-chave: Ensino Superior. Extensão Universitária. Curricularização da Extensão.

THE CURRICULARIZATION OF UNIVERSITY EXTENSION IN HIGHER EDUCATION COURSES AT IFSP *CAMPUS* SÃO PAULO

Abstract

The aim of this paper is to study the proposals for curricularization of university extension in the Pedagogical Projects of Courses (PPC) of the Federal Institute of São Paulo, *Campus* São Paulo (IFSP-SPO). This research has a qualitative and documentary approach, using PPCs as a source of information and the Content Analysis (CA) as a technique to evaluate the documents. Theoretical-conceptual contributions have been provided by Gadotti (2017) and Lisbôa Filho (2022), who defend the educative role of university extension and its potential to transform reality. The analysis has been focused on five PPCs of three different types of courses: Teaching Degree, Technology and Bachelor's degree, which have different curricular designs in relation to the inclusion of extension courses in their curricula. It was found out that the majority of IFSP-SPO higher education courses suggest the curricularization of university extension in specific extension disciplines. However, there are distinct levels of articulation between the extension and the constituent items of the PPCs, as well as different curricular designs among the courses.

Keywords: Higher Education. University Extension. Extension Curriculum.

LA CURRICULARIZACIÓN DE LA EXTENSIÓN EN LOS CURSOS SUPERIORES DEL *CAMPUS* IFSP SÃO PAULO

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo estudiar las propuestas de curricularización de extensión en los Proyectos Pedagógicos de Cursos (PPC) del Instituto Federal de São Paulo, *Campus* São Paulo (IFSP-SPO). La investigación tiene un enfoque cualitativo y documental, utilizando las PPC como fuentes de información y utilizando el Análisis de Contenido (AC) como técnica de análisis de documentos. Se basa en Gadotti (2017) y Lisbôa hijo (2022) como aporte teórico-conceptual, que defienden el papel formativo de la extensión y su potencial para transformar la realidad. El análisis se enfocó en cinco PPC de tres diferentes tipos de carreras: Licenciatura, Tecnología y Bachillerato, que tienen diseños curriculares diferentes con relación a la inclusión de la extensión en sus planes de estudio. Se constató que la mayoría de los cursos de educación superior IFSP-SPO sugieren la curricularización de la extensión en disciplinas de extensión específicas. Sin embargo, se perciben diferentes niveles de articulación entre la extensión y los ítems constitutivos de los PPC, y diferentes diseños curriculares entre las carreras.

Palabras clave: Enseñanza Superior. Extensión Universitaria. Curricularización de la Extensión.



INTRODUÇÃO

Na atualidade, presencia-se a inserção da extensão nos currículos dos cursos superiores, o que é denominado de curricularização da extensão. Ao considerar-se o percurso histórico da extensão universitária, observa-se que, apesar de ocupar um espaço recente na história da educação superior brasileira (século XX) e de receber diferentes concepções, a extensão tem um papel fundamental na formação dos estudantes (FORPROEX, 2012) e na integração da universidade com a sociedade (Gadotti, 2017; Lisbôa Filho, 2022).

No decorrer dos anos, constituíram-se movimentos e diretrizes que permitiram a inserção e o reconhecimento da extensão no processo formativo dos estudantes da educação superior. Destacam-se: a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), em 1987; a Constituição Federal de 1988 e o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que define a extensão como uma das finalidades da Universidade; a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011), que estabelece a obrigatoriedade de 10% dos créditos curriculares dos cursos de graduação integralizados em ações extensionistas; a Política Nacional de Extensão, de 2012; o PNE 2014-2024 vigente, que estipula o mínimo de 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social; e a Resolução CNE/CES nº 7, de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto no PNE 2014-2024, sobre a carga horária curricular de extensão nos cursos superiores.

A atual Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012; FORPROEXT, 2020) tem papel significativo no contexto da educação superior ao fortalecer e valorizar o conceito de extensão. Por conseguinte, recupera a função formativa que as instituições de educação superior têm e o seu compromisso ético, político, social, científico, educacional e cultural com a sociedade.

Esse cenário de mudanças de diretrizes e de concepções da extensão é repercutido no processo de implementação da curricularização da extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES). Por se tratar de um tema recente na literatura acadêmica, há poucas pesquisas que se debruçam em investigar as ações e/ou práticas que estão sendo adotadas e desenvolvidas pelas IES (Marques; Stallivieri, 2024).

Assim, motivada pela importância da extensão no processo formativo dos estudantes da educação superior e pela relevância da relação sociedade e universidade, bem como da Política Nacional de Extensão Universitária e do processo de curricularização da extensão, esta pesquisa

de iniciação científica envolveu o estudo dos Projetos Pedagógicos dos cursos superiores do IFSP, *Campus* São Paulo, no sentido de identificar as propostas de curricularização da extensão nos desenhos curriculares dos cursos.

Apesar de a extensão já ter um percurso histórico, só recentemente veio a ser reconhecida na história da educação superior, e sua prática no IFSP torna-se presente somente a partir da lei de criação dos Institutos Federais (IFs) (Lei 11.892/2008), ou seja, nos últimos 15 anos. Em outras palavras, se a valorização e o reconhecimento da extensão são recentes no contexto da educação superior e, em especial, no IFSP, sob que conceitos e entendimento de extensão os cursos propuseram a integração da extensão em seus currículos?

Para abordar esse questionamento, primeiramente, faz-se uma breve apresentação dos aportes teórico-conceituais e dos caminhos investigativos percorridos na pesquisa. Posteriormente, são trazidas a descrição e a discussão dos resultados, seguidas das considerações finais.

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A extensão não é um tema inédito na educação. Há vários autores que descrevem seu percurso histórico, destacam seus fundamentos epistemológicos (seu saber e seu fazer acadêmico e social) e defendem sua dimensão formativa.

Em seus textos, Gadotti (2017) e Lisbôa Filho (2022) contemplam o resgate histórico da extensão universitária e as diferentes concepções que teve ao longo dos anos. Segundo Lisbôa Filho (2022), no Brasil, o desenvolvimento da extensão pode ser identificado em três períodos: (1) *final do século XIX até meados da década de 1960*, quando a extensão é definida pelo assistencialismo e motivada “[...] pelas lacunas da inexistência de políticas públicas que garantissem os direitos dos(as) cidadãos(ãs) brasileiros(as)” (Lisbôa Filho, 2022, p. 20); (2) *década de 1970*, período de transição da concepção de extensão assistencialista para uma perspectiva transformadora. Inspirada por vários pensadores, entre eles Paulo Freire, essa fase incentivava “[...] o despertar da consciência popular para os seus direitos [...]” (Lisbôa Filho, 2022, p. 21); e (3) *dos anos de 1980 aos dias atuais*, período caracterizado pela especialização da extensão. Essa fase é marcada pela criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores e Pró-Reitoras de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), pela promulgação da Constituição Cidadã no Brasil e pelo centenário da Reforma de Córdoba. É quando “[...] a ação extensionista passa a ser projetada a partir da transformação social e da valorização dos sujeitos e de sua independência crítica” (Lisbôa Filho, 2022, p. 22).

Frutos desse percurso histórico, o reconhecimento e a valorização da extensão expressos na Constituição Federal de 1988, reiterados na LDB 9.394/1996 e reverberados nos Planos de Educação de 2001-2011 e 2014-2024 e na Política Nacional de Extensão Universitária, impõem às Instituições de Educação Superior (IES) um movimento de reestruturação da proposta formativa de seus cursos, para que se adote uma formação ampla, interdisciplinar e articulada diante dos desafios inerentes à sua realidade (Brasil, 2018).

Nesse processo de reestruturação formativa dos cursos, cabe às IES assumirem a extensão como atividade par do ensino e da pesquisa e institucionalizarem o diálogo efetivo com a sociedade. Preconiza-se, pois, a relação horizontal entre a universidade e a sociedade, propondo-se o saber-fazer e o saber-pensar de forma colaborativa e transformadora, e entendendo-se a extensão como ação *com* a sociedade, alinhada à concepção freireana de que a extensão deve perseguir a comunicação de saberes e evocar a relação dialógica entre a universidade e o meio e as demandas sociais. Isto é, a extensão deve se contextualizar em contraponto antagônico à relação vertical que sobrepõe os saberes institucionalizados em relação aos popularizados (Gadotti, 2017).

No âmbito da gestão e da organização das IES, tanto o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) quanto o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ao qual é vinculado, são documentos fundamentais e balizadores da instituição. Eles são os alicerces para a construção, implementação e avaliação sistemática dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

Espera-se que, inseridas nesse contexto e alinhadas às diretrizes dos PDIs e PPIs, as IES elaborem suas orientações e normativas de curricularização da extensão. No caso específico do IFSP, foco desta pesquisa, a curricularização da extensão é orientada por duas diretivas principais: a Resolução Normativa IFSP n. 05/2021, que estipula as diretrizes para a curricularização da extensão no IFSP, e a Instrução Normativa IFSP n. 05/2022, que estabelece e orienta os aspectos operacionais dispostos nas diretrizes. Estas, em linhas gerais, orientam como a extensão deve ser inserida nos cursos superiores ofertados, assegurando o mínimo de 10% da carga horária total do curso, conforme preconizado pela Resolução CNE/CES n. 07/2018.

Segundo a RN IFSP 05/2021 e a IN IFSP 05/2022, a extensão pode ser inserida nas matrizes curriculares sob três formas: 1) como disciplinas específicas de extensão, criando uma ou mais disciplinas, inseridas na estrutura da matriz curricular do curso, cuja carga horária seja *totalmente* destinada ao cumprimento de atividades de extensão; 2) como parte de disciplinas não específicas de extensão, distribuindo carga horária para atividades de extensão em componentes curriculares previstos no PPC; e 3) como componente curricular específico de extensão (sem regência), criando de um ou mais componentes curriculares específicos de extensão, que serão

inseridos na estrutura curricular do curso e cuja carga horária precisa ser integralizada pelos estudantes (IFSP, 2021; 2022, grifos nossos). Pode haver concomitância entre essas formas, porém, sempre devem estar vinculadas a projetos ou programas de extensão. Entende-se que essas diretivas, possibilitando diferentes combinações, permitem que cada curso construa seus arranjos curriculares.

CAMINHOS INVESTIGATIVOS DA PESQUISA

A pesquisa é de abordagem qualitativa, fundamentada no tratamento aprofundado dos dados e no entendimento do social como um conjunto de significados a serem apreendidos na aproximação da relação entre sujeito e objeto (Minayo, 2012). Parte-se da ideia de que o material investigado na pesquisa expressa, em seu conteúdo, condições estruturais, construções simbólicas e representações de determinadas condições históricas, culturais e socioeconômicas, reveladas no discurso dos sujeitos componentes da elaboração documental.

Nesta pesquisa, com base em Triviños (2012) e Flick (2009), entende-se que a questão documental vai além do texto e passa a ser caracterizada pela sua proposição, ação e consequentes objetivos explícitos e implícitos em sua articulação e veiculação. Os documentos são entendidos como meios de comunicação – alguém (ou uma instituição) os produz, visando a algum objetivo (prático) e a algum tipo de uso (Flick, 2009).

A pesquisa documental delimita-se em objetivos de maior especificidade, constituindo um fim em si mesma pela utilização, ou não, de hipóteses. No caso desta pesquisa, concentra-se no modo em que a extensão se apresenta no currículo dos cursos superiores (PPC) e, portanto, na forma como a instituição entende e direciona as propostas de extensão.

Assim, *documentos* foram a fonte de informação desta pesquisa, em especial, os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). A técnica de análise adotada foi a Análise de Conteúdo (AC), por meio da categorização das informações presentes nos documentos (Bardin, 1979; Franco, 2005). As categorias foram criadas a partir do referencial teórico utilizado e das próprias informações coletadas no processo da pesquisa.

Dado o quantitativo de cursos superiores ofertados no *Campus* São Paulo, no total de 19, foram estabelecidos critérios para a seleção dos PPCs a serem analisados. Do total, teve-se acesso a 15 PPCs, por meio de consulta na página eletrônica do *campus* ou mediante solicitação dos documentos, via coordenações dos cursos. Nesse universo de 15 PPCs, estabeleceram-se os seguintes critérios de seleção de análise: (1) PPCs dos três tipos de cursos superiores ofertados no

campus (Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado); (2) PPCs com propostas diferentes de inserção da extensão no currículo do curso; e (3) PPC com maior tempo de oferta no *campus*.

Assim, considerando os critérios estabelecidos, o recorte da pesquisa constituiu-se na análise de cinco Projetos Pedagógicos de Cursos, de três tipos de cursos superiores, a saber: Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Letras; Tecnologia em Gestão de Turismo; e Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação. O tipo de curso “Licenciatura” foi o que apresentou propostas diferentes de inserção da extensão no currículo, fugindo da tendência da maioria dos cursos de incorporar ou integrar as atividades de extensão como disciplina no currículo, por isso, a análise de três PPCs de Licenciatura.

Para a análise dos documentos, com apoio no aporte teórico-metodológico da pesquisa – Flick (2009), Gomes (2012) e Triviños (2012) –, seguiram-se as seguintes etapas: (1) *pré-análise*, que consistiu na leitura geral dos cinco PPCs; (2) *exploração*, constituída pela elaboração *a priori* das categorias de análise; (3) *tratamento das informações*, com elaboração de reflexões, discussão e análise, fundadas no referencial teórico e criação de categorias *a posteriori*; e (4) *interpretação das informações*, buscando-se a compreensão do conteúdo subjacente nos documentos analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da leitura exploratória dos PPCs, verificou-se que, dos 15 cursos superiores, 11 cursos optaram por alocar as atividades extensionistas em *Disciplinas específicas de extensão*; dois cursos escolheram ofertar *Disciplinas específicas e não específicas de extensão*; um curso optou por fazer tal inserção em *Disciplina específica de extensão e Componente curricular específico*; e um curso utilizou três formas de inserção, quais sejam: *Disciplinas específicas e não específicas de extensão e Componente curricular específico de extensão*.

Percebe-se, portanto, que a maioria dos cursos superiores do *Campus* São Paulo inseriu a extensão em seus currículos como disciplinas específicas de extensão. É possível que tal escolha, entre outras razões, se deva à possibilidade de assegurar a carga horária de extensão no curso, facilitando (ou não) o percurso formativo do estudante e garantindo a atribuição da carga horária de extensão para o docente.

A leitura exploratória dos PPCs também permitiu constatar que a inserção da extensão nos currículos dos cursos contempla diversas possibilidades, tanto na quantidade de semestres ofertados, quanto na disposição destes ao longo do curso, apesar de a maioria ter previsto a extensão a partir da metade do curso (quarto semestre em diante). Alguns cursos inseriram a extensão em todos os semestres, mas essa prática não foi recorrente.

Na análise dos cinco PPCs selecionados, constataram-se algumas semelhanças e diferenças entre eles. Considerando-se que o Projeto Pedagógico de Curso é um documento extenso, cuja análise ultrapassa os limites desta pesquisa, lançou-se mão dos princípios de *integralidade* (Gadotti, 2017) e *totalidade articulada* (Frigotto, 1994 *apud* Veiga, 2004). Tais princípios enfatizam a importância da indissociabilidade e da articulação entre conceitos e princípios basilares na elaboração de documentos, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e/ou Projeto Pedagógico de Curso.

O princípio da **integralidade** é fundamental na Extensão Universitária. É preciso conectar as três funções da universidade para que a educação seja integral. O currículo não é a soma de um conjunto de disciplinas. Ele traduz um projeto político pedagógico integrado (Gadotti, 2017, p. 9).

Em consonância com Gadotti (2017), Frigotto (1994) afirma que:

[...] a falta de clareza acerca do Projeto Político-Pedagógico reduz qualquer curso a uma grade curricular fragmentada, uma vez que até mesmo as ementas e as bibliografias perdem sua razão de ser. Assim, o que dá clareza ao Projeto Político-Pedagógico é a sua intencionalidade. O projeto é uma totalidade articulada decorrente da reflexão e do posicionamento a respeito da sociedade da educação e do homem (Frigotto, 1994 *apud* Veiga, 2004, p. 16).

Com base nesse princípio, selecionaram-se alguns elementos constitutivos dos PPCs, com vistas a verificar em que medida há uma articulação entre a extensão e eles, a saber: Histórico e Missão do Curso; Justificativa; Perfil do Egresso; Objetivos; Organização e Articulação Curricular; Atividades de Pesquisa; e Curricularização da Extensão. Além disso, elencaram-se alguns pontos orientadores para a elaboração de um quadro demonstrativo dos desenhos curriculares (Quadro 1), quais sejam: 1) Forma de inserção de atividades extensionistas no currículo; 2) Período do curso (semestres) em que as atividades extensionistas são sugeridas; 3) Experiência do curso em práticas extensionistas e seu reconhecimento e utilização para o desenvolvimento das atividades de extensão; e 4) Ambiente sugerido para as práticas extensionistas: exclusivamente o contexto escolar ou outros contextos sociais.

Quadro 1 – Curricularização da Extensão: desenhos curriculares dos cursos superiores analisados

Tecnologia em Gestão de Turismo	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação	Licenciatura em Matemática	Licenciatura em Química	Licenciatura em Letras-Português
1. Não foi observada uma articulação nítida entre a extensão e parte dos	1. Não foi observada articulação nítida entre a extensão e parte dos	1. Não foi observada uma articulação entre a extensão e parte dos	1. Não foi observada uma articulação nítida entre a extensão e parte dos	1. Foi observada uma articulação entre a extensão e todos os elementos

Tecnologia em Gestão de Turismo	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação	Licenciatura em Matemática	Licenciatura em Química	Licenciatura em Letras-Português
<p>elementos constitutivos do PPC.</p> <p>2. As atividades de extensão estão inseridas em disciplinas específicas de extensão e estão relacionadas à realização de eventos e viagens (especificidades do curso).</p> <p>3. Atividades de extensão ofertadas nos 2º, 4º, 5º e 6º semestres;</p> <p>4. O curso não apresenta experiências em práticas de extensão (projetos, programas, ações afins).</p> <p>5. O curso propõe atividades extensionistas voltadas para a característica do curso, de ações práticas de promoção de eventos e viagens para a comunidade.</p>	<p>elementos constitutivos do PPC.</p> <p>2. As atividades de extensão estão inseridas em disciplinas específicas de extensão.</p> <p>3. Atividades extensionistas desenvolvidas entre o 7º e o 10º semestres.</p> <p>4. O curso não apresenta experiências em práticas de extensão (projetos, programas, ações afins).</p> <p>5. O curso propõe as atividades extensionistas dirigidas para o setor produtivo (empresas).</p>	<p>elementos constitutivos do PPC.</p> <p>2. Algumas das atividades extensionistas estão dispostas em disciplinas específicas e não específicas de extensão.</p> <p>3. Atividades de extensão desenvolvidas entre o 3º e 8º semestre.</p> <p>4. O curso não apresenta um histórico de ações extensionistas por meio de projetos desenvolvidos junto às subáreas de Matemática. Contudo, propõe a criação de um Programa de extensão para a realização das atividades.</p> <p>5. O curso propõe práticas extensionistas voltadas ao contexto escolar, tanto na formação de alunos do ensino básico quanto na formação inicial e continuada de professores.</p>	<p>elementos constitutivos do PPC.</p> <p>2. Inserção das atividades de extensão foi realizada de três formas: a) disciplinas específicas de extensão; b) disciplinas não específicas de extensão; e c) componente curricular específico de extensão.</p> <p>3. Atividades de extensão desenvolvidas nos 2º, 3º, 4º, 7º e 8º semestres.</p> <p>4. O curso possui experiência em práticas extensionistas por meio de projetos realizados no âmbito das subáreas de Química e Biologia.</p> <p>5. O curso propõe atividades desenvolvidas exclusivamente em ambiente escolar.</p>	<p>constitutivos do PPC.</p> <p>2. As atividades extensionistas estão dispostas em oito disciplinas específicas de extensão.</p> <p>3. Atividades de extensão desenvolvidas do 1º ao 8º semestre (todos os semestres do curso).</p> <p>4. O curso apresenta um histórico de atividades extensionistas desenvolvidas pelas subáreas de Letras-Português junto ao Departamento de Humanidades. Propõe a criação de novos projetos extensionistas.</p> <p>5. O curso propõe práticas extensionistas direcionadas tanto ao contexto escolar quanto a outros contextos sociais.</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras

No curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, o PPC anuncia a extensão como parte de um currículo comprometido com a formação global (profissional e social) do egresso, como prática de ensino e como meio de interação social.

Pautados pela legislação referente aos Cursos de Tecnologia e aos documentos nacionais que orientam seu currículo, entendem-se a cultura, a educação e o currículo numa perspectiva global e integral. Dessa forma, propõe-se um currículo que **favoreça a interdisciplinaridade por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão**, em detrimento de uma pedagogia conteudista, descompromissada com outros aspectos formativos do cidadão contemporâneo e sua prática profissional e social.

[...] sugere-se a utilização de ações comunitárias por meio de metodologia social, cultural e artística, baseada principalmente na **participação ativa dos alunos, especialmente por meio da extensão**.

[...] é fundamental que o currículo preveja a realização de atividades práticas em que o aluno possa desenvolver seu espírito científico e o pensamento criativo. Dessa forma, **o curso prevê, ao longo dos semestres, atividades que permitam aos alunos conhecer e estudar seu meio de atuação; desenvolver serviços característicos de seu exercício profissional, e/ou interagir com a sociedade por meio de ações extensionistas** (Projeto Pedagógico do Curso, 2022, p. 23, grifos nossos).

Percebe-se que o curso de Tecnologia em Gestão de Turismo optou por inserir as atividades extensionistas em disciplinas já tradicionais do curso e direcionadas a ações práticas (eventos e viagens). Dessa forma, é possível que as atividades de extensão não se limitem à sala de aula, tornando a curricularização da extensão um aspecto favorável do curso.

Contudo, cabe questionar se o aproveitamento dessas disciplinas do curso em disciplinas específicas de extensão incorpora a concepção dialógica e participativa entre a instituição e a comunidade externa a ser atendida, configurando uma ação *com* a comunidade, ou seja, avessa à ideia assistencialista e de ação *para* a comunidade. Entende-se que, se não ocorrer um envolvimento, de fato, da comunidade externa nas ações promovidas, a incorporação da extensão se torna superficial e protocolar.

Apesar de não articular a extensão com os componentes constitutivos selecionados, o PPC de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação, em certas partes, demonstra essa possível “articulação”, relacionando a extensão com o perfil do egresso:

A Curricularização da Extensão possibilita abordagens multidisciplinares, transdisciplinares e interdisciplinares, sendo vinculada ao perfil do egresso. **As atividades de curricularização da extensão, [...] estão organizadas e articuladas com as seguintes perspectivas do perfil do egresso:** visão holística e humanista, ser crítico, reflexivo, criativo, cooperativo e ético; atento aos aspectos globais, políticos, econômicos, e comprometido com uma sociedade democrática e socialmente justa, sendo capaz de compreender

processos produtivos e o seu papel dentro deles, incluindo as relações sociais, desenvolvendo, adaptando e utilizando novas tecnologias com atuação protagonista, inovadora e empreendedora, reconhecendo as necessidades dos usuários, formulando, analisando e criando soluções aos problemas a partir delas, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento humano, científico e tecnológico da comunidade social, atendendo ao percentual mínimo de extensão presente na estrutura curricular exigido pelas normativas de curricularização da extensão (Projeto Pedagógico de Curso Engenharia de Controle e Automação, 2002, p. 31, grifos nossos).

Apesar de se identificar a desarticulação entre os elementos constitutivos do documento, o trecho supracitado não apenas amplia o perfil do egresso, como também mostra meios para uma atuação profissional socialmente comprometida, na medida em que pontua o reconhecimento das demandas da sociedade e a criação de soluções para os problemas, além de mapeamento e análise de demandas e impactos sociais e ambientais. Entretanto, para a execução de tais ações, o diálogo entre a instituição e os setores da sociedade é imprescindível.

O documento prevê, além da relação entre as disciplinas específicas de extensão, a articulação destas aos demais componentes curriculares do curso:

Há diálogo e esforço contínuo entre as disciplinas [de extensão], bem como ao longo da estrutura curricular, como citado, em diversos componentes que trazem sustentação às abordagens dos componentes extensionistas [...]. Estes componentes, além de sustentar e preparar os discentes em eixos de alta demanda social e representativos de tecnologias que permeiam a sociedade, atuam como janelas de oportunidades para abranger as necessidades e os problemas oriundos do dia a dia das empresas do setor, podendo, como resultado, por exemplo, gerar, ainda que de forma embrionária, apresentações de portfólios contendo soluções técnicas, planejamentos, realizações e sugestões de melhorias e implementações tecnológicas, oficinas, treinamentos e minicursos que se consolidarão e repercutirão com o amadurecimento acadêmico dos discentes nos componentes dedicados ao perfil extensionista (Projeto Pedagógico de Curso Engenharia de Controle e Automação, 2002, p. 31, grifos nossos).

Nos planos de ensino das disciplinas específicas de extensão, nota-se coerência na articulação de seus itens com a extensão. Os planos apresentam um percurso gradativo, iniciado pela fundamentação teórico-conceitual e finalizado com a elaboração e conclusão de um projeto de extensão.

Reparou-se também que, no PPC, não aparece a experiência extensionista do curso. Isso leva a depreender que esta não é uma prática constante do curso. Verificou-se que, impulsionado pela obrigatoriedade da curricularização da extensão, o curso de Engenharia de Controle e Automação incorporou a extensão em algumas disciplinas já existentes, transformando as cargas horárias, tradicionalmente de ensino, em extensão. Também criou algumas disciplinas que tratam

de fundamentos e procedimentos pedagógicos, metodológicos, técnicos e científicos relativos às atividades extensionistas, associados à engenharia e às atividades de pesquisa. Contudo, compete examinar como essas práticas serão desenvolvidas no decorrer do curso, para além da inserção pragmática no currículo.

O PPC de Licenciatura em Matemática apresenta um desenho curricular de atividades de extensão integradas em disciplinas específicas e não específicas de extensão, ofertadas entre o 3º e o 8º semestres. Notou-se que as atividades extensionistas são alocadas em duas ou mais disciplinas por semestre, sendo que nos 7º e 8º semestres há concomitância entre disciplinas específicas e não específicas de extensão.

A respeito da inserção da extensão no currículo do curso de Licenciatura em Matemática, do ponto de vista textual, parece não haver articulação entre alguns dos elementos constitutivos do PPC e a extensão, em especial, nos itens Justificativa e Perfil do Egresso. Contudo, vale a pena ressaltar que a justificativa do curso está fundada em duas principais demandas: (1) o baixo desempenho em matemática dos alunos de escolas públicas e (2) a necessidade da formação inicial e continuada de professores. Conforme o PPC, essas demandas serão consideradas na proposição de dois projetos vinculados a um programa de extensão.

Dessa forma, mesmo que no item Justificativa não sejam mencionadas as atividades de extensão, considera-se que estas estão subentendidas. Além disso, no item Articulação Curricular, o PPC retoma a motivação do curso, estabelecendo, assim, uma articulação entre a justificativa, os objetivos, o perfil do egresso e a extensão. Embora não se identifique, no item Perfil do Egresso, a relação da formação do licenciando em matemática com a extensão, esta é mencionada no item Articulação Curricular:

[...] a **Extensão desenvolvida de modo articulado ao currículo da Licenciatura em Matemática do IFSP-SPO remete à realização de ações extensionistas que colocam os licenciandos e licenciandas, em formação inicial para a docência de Matemática, em diálogo com estudantes da educação básica**, que recebem a oportunidade de complementar sua aprendizagem escolar, e com professores formados e atuantes em sala de aula, que participam de processos de formação continuada.
(Projeto Pedagógico de Curso – Licenciatura em Matemática, 2022, p. 55, grifos nossos).

Constata-se, portanto, que o epicentro da proposta de extensão sugerida no PPC é o compromisso com a formação inicial e continuada de professores de Matemática.

Outro destaque do PPC de Licenciatura em Matemática é o reconhecimento da ideia de dialogicidade entre a Instituição de Ensino Superior e a sociedade, sendo esta última não apenas geradora de demandas, mas também partícipe do processo de construção do conhecimento:

[...] a extensão não deve caracterizar um movimento de “dentro” para “fora”, em que as IES produzem conhecimento, ciência e tecnologia e entregam para a sociedade que, supostamente, aguardaria passivamente a realização de tal movimento de produção. Ao contrário, **é a sociedade que demanda e também participa ativamente dos processos de produção de conhecimento, ciência e tecnologia, que são realizados pelas IES com – e não para – a sociedade** (Projeto Pedagógico de Curso – Licenciatura em Matemática, 2022, p. 55, grifos nossos).

Considera-se que o desenho curricular sugerido no PPC de Licenciatura em Matemática se mostra ousado, ao passo que concilia duas formas de curricularizar a extensão: como disciplinas específicas e não específicas de extensão. Esse desenho curricular requer reflexão, em especial, quanto à carga horária de extensão em disciplinas não específicas de extensão. Isso porque, ao prever a extensão como parte da disciplina, mesclando carga horária de ensino e de extensão, exige essa articulação do docente responsável pela disciplina, de maneira que os estudantes consigam identificar a extensão e sua metodologia como constitutivas da disciplina. Caso contrário, corre-se o risco de a extensão ficar apenas na intenção de realização e não se efetivar na prática. No formato em que o curso sugere a curricularização da extensão, o estudo destinado aos aportes teórico-conceituais e metodológicos da extensão – conhecimentos elementares sobre a extensão – dar-se-á somente no final do curso (7º e 8º semestres).

Assim como o curso de Licenciatura em Matemática, o curso de Licenciatura em Química também é inovador ao propor a curricularização da extensão de forma mista: em disciplinas específicas e não específicas de extensão e em componente curricular específico de extensão.

Identificaram-se, no PPC do curso de Licenciatura em Química, a valorização da experiência extensionista, o reconhecimento dessa prática como fundamental para a formação do estudante e a apresentação de uma proposta de extensão exequível, tendo em vista os programas e projetos dos quais participa:

[...] o curso de licenciatura [Química] prevê uma manhã letiva, mas sem aula prevista, para todas as turmas a partir do 3º semestre, sendo recomendado que os discentes se vinculem aos projetos de extensão no período em que estiverem cursando o 3º e o 4º semestre [...].

[...] O campus São Paulo e a subárea de Química mantêm um compromisso regular com práticas extensionistas, de modo que os discentes terão opções de projetos e programas para se vincular [...].

[...] A cada semestre (ou ano), a Coordenação do curso ficará responsável por divulgar os projetos ativos, auxiliando os discentes no processo de escolha e registro das atividades de extensão (Projeto Pedagógico de Curso – Licenciatura em Química, 2022, p. 40).

Sobre os princípios de integralidade (Gadotti, 2017) e de totalidade articulada (Frigotto, 1994 *apud* Veiga, 2004), observa-se que, do ponto de vista textual, o PPC de Licenciatura em Química não apresenta articulação explícita entre a extensão e os elementos constitutivos analisados, tais como: o Histórico e a Justificativa do curso. Contudo, em outros elementos constitutivos do PPC, como Perfil do Egresso, Objetivos e Atividades de Pesquisa, identifica-se a articulação com os princípios da extensão, bem como a preocupação em relacionar o ensino, a pesquisa e a extensão.

No item Articulação Curricular, percebem-se a preocupação e a conexão entre as atividades extensionistas e os demais elementos constitutivos analisados. Nesse item, há a retomada do perfil do egresso, dos objetivos, do histórico do curso e de suas experiências e práticas extensionistas, além da ênfase nas Práticas como Componentes Curriculares (PCC) e na relação teoria e prática. Esse compromisso do curso de Licenciatura em Química com a dimensão formativa da extensão é corroborado com a experiência do curso na realização de atividades extensionistas ao longo de sua história e com a preocupação em garantir espaço dentro da grade de horário das disciplinas para a participação em projetos de extensão do *campus*.

O curso de Licenciatura em Letras-Português propôs a curricularização da extensão por meio da oferta de disciplinas específicas de extensão nos oito semestres do curso. No que diz respeito à articulação entre a extensão e os itens selecionados dos PPCs analisados, o PPC de Licenciatura em Letras-Português destaca-se nesse quesito, preocupando-se em articular a extensão ao longo do curso (oito semestres). Ademais, notou-se que a extensão é uma prática presente no curso de Licenciatura em Letras, o que é reiterado na justificativa, história e missão do curso.

O curso aqui apresentado **desenvolve-se com efetiva participação de alunos e de professores em projetos de ensino, extensão e iniciação científica;** organização e audiência de eventos acadêmicos e científicos; composição de órgãos colegiados em comissões; reuniões periódicas do Núcleo Docente Estruturante (NDE), entre outras maneiras que possibilitam o acompanhamento da rotina do curso. (Projeto Pedagógico de Curso - Licenciatura em Letras-Português, 2022, p. 17, grifos nossos).

No perfil do egresso, lê-se:

O egresso compreende sua formação como processo crítico, contínuo, autônomo e permanente, articulando ensino, pesquisa e extensão, e faz uso de novas tecnologias em sua prática profissional. É capaz de atuar, ainda, em

editoração, consultoria linguística e literária, entre outras áreas afins (Projeto Pedagógico de Curso - Licenciatura em Letras-Português, 2022, p. 18)

Acresce-se ainda, no PPC de Licenciatura em Letras, a articulação do perfil do egresso com contexto social e educacional local, ampliando o campo de atuação do licenciado em Letras além do contexto escolar:

[...] reconhece as várias possibilidades de demandas advindas do contexto social e educacional da região da Grande São Paulo, tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino. Nesse aspecto, busca colaborar, de forma ativa, em espaços diversos e não apenas no da escola, para a formação de leitores e produtores de textos aptos a problematizar questões que circulam entre intergrupos sociais da região, muitas vezes decorrentes das diferenças socioculturais (Projeto Pedagógico de Curso - Licenciatura em Letras-Português, 2022, p. 18).

É importante salientar essa percepção presente no PPC de Letras-Português, visto que tradicionalmente os cursos de licenciaturas tendem a restringir as atividades de extensão ao contexto escolar e à educação formal.

A respeito da oferta de disciplinas específicas de extensão em todos os semestres do curso, percebe-se que essa proposta primou pelo caráter interdisciplinar que a extensão preceitua e pela construção de vínculos entre as diferentes etapas da formação do estudante:

A Licenciatura em Letras-Português do Câmpus São Paulo organizou os componentes curriculares de modo a trabalhar, de forma articulada e interdisciplinar, o percurso dos discentes pelos semestres. [...] Adicionalmente, **as práticas extensionistas, presentes em todos os semestres da grade curricular, possibilitam a construção de vínculos entre as diferentes etapas da formação** pela prática pedagógico-didática, ampliando a percepção da relação entre conhecimentos basilares e conhecimentos aprofundados, solidificando a fundamentação da formação oferecida (Projeto Pedagógico de Curso - Licenciatura em Letras-Português, 2022, p. 23, grifos nossos).

Identificou-se, no PPC de Licenciatura em Letras-Português, a articulação entre a extensão e todo o processo formativo do estudante, mas vale destacar que os demais cursos superiores também têm compromisso com a extensão, embora outros fatores sejam complicadores ou até mesmo impeditivos para a construção de um PPC articulado e integrado, tais como: a adaptação dos cursos às normativas que regulamentam a curricularização da extensão; o tempo restrito para a reformulação do PPC; a falta de conhecimento (histórico, conceitual, legal e experiencial) da temática “extensão” pelos atores envolvidos no processo da inserção da extensão no currículo dos cursos superiores; e a busca tanto por estratégias de

disposição das atividades extensionistas nos desenhos curriculares quanto por meios para a execução de tais atividades.

Verificou-se que, dentro dos limites e possibilidades das normativas e diretrizes institucionais, do conhecimento dos atores envolvidos e da autonomia pedagógica, cada curso elaborou sua proposta de inserção da extensão no currículo. Talvez, por questões práticas e intencionais, a inserção da extensão como disciplina foi a forma mais adotada pelos cursos superiores no IFSP-SPO. Cabe averiguar, em investigações futuras, como essas práticas extensionistas estão sendo desenvolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou mostrar como os cursos superiores do IFSP, *Campus* São Paulo, propuseram a curricularização da extensão. Por meio de um estudo exploratório, constatou-se que, a maioria dos cursos optou por curricularizar a extensão mediante disciplinas específicas de extensão e a incorporação ou a integração da extensão nos currículos abrange diversas possibilidades, tanto na quantidade de semestres ofertados, quanto na disposição destes ao longo do curso.

No estudo de cinco Projetos Pedagógicos de Curso selecionados, percebeu-se que, embora as formas de integração da extensão aos componentes curriculares dos cursos sejam limitadas às normativas institucionais (Resolução Normativa IFSP nº5/2021 e Instrução Normativa IFSP nº5/2022), os cursos dispuseram de alguma autonomia ao criarem combinações distintas para integrar a extensão nos currículos, considerando o histórico e missão do curso e o perfil do egresso.

Conclui-se que a extensão ainda não aparece integrada na totalidade no currículo dos cursos. Permanece como um componente da tríade ensino-pesquisa-extensão que requer compreensão e reconhecimento pela comunidade acadêmica.

Apesar de a pesquisa se limitar a investigação da inserção da extensão nos currículos dos cursos superiores, de uma instituição federal de educação (IFSP), essa contribui para o campo educacional, ao apresentar os limites e possibilidades das estratégias e práticas adotadas, fornecendo subsídios para futuras pesquisas, além do aprimoramento e fortalecimento da Política Nacional de Extensão e da curricularização da extensão na educação superior.

Anseia-se que o processo de inserção da extensão no currículo favoreça à valorização do papel da extensão como eixo constitutivo da articulação entre ensino e pesquisa junto à sociedade. Espera-se que o processo de curricularização da extensão impulse as instituições de

educação superior a tornarem a extensão uma prática comum e presente na formação dos estudantes. Acredita-se que esta ação investigativa contribui para a compreensão dos desenhos curriculares dos cursos superiores do IFSP-SPO e para a prospecção de novos estudos sobre a temática e o desenvolvimento das práticas extensionistas nos cursos superiores.

AGRADECIMENTO

Ao IFSP, *Campus* São Paulo, pela concessão da Bolsa de Iniciação Científica por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (PIBIFSP).

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 abr. 2024.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de S.; DESLANDES, Sueli F.; NETO, Otávio C.; GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31a ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 79-108.

IFSP. **Resolução Normativa nº 05, de 05 de outubro de 2021**. Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do IFSP e dá outras providências.

Disponível em:

https://www.ifsp.edu.br/images/prx/Curricularizacao/Resol_Norma_05_2021_Aprova_a_Curricularizacao_da_Extensao_IFSP.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

IFSP. **Instrução Normativa IFSP n.º 05/2022, de 11 de julho de 2022**. Esclarece e orienta sobre os aspectos operacionais dispostos na Resolução Normativa IFSP nº 5/2021. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prx/Curricularizacao/IN_5-2022_-_IN_Curricularizacao_Extensao_IFSP.pdf. Acesso em: 27 jun.2023.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, 2019. Disponível em:

<https://drive.ifsp.edu.br/s/yxtwKgEYfZs4ZCg#pdfviewer>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: Gráfica UFRGS, 2012. Disponível em: https://www.ufrgs.br/prorext/wp-content/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

A curricularização da extensão nos cursos superiores do IFSP *Campus* São Paulo

FORPROEXT. Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2020. Disponível em: https://portal.conif.org.br/images/Docs/estudos/diretrizes-para-curricularizacao-da-extensao---fde-e-forproext_aprovado_agosto_2020.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

FRANCO, Maria Laura Puglisi. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?**, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/editoras/facos/extensao-universitaria-gestao-comunicacao-e-desenvolvimento-regional/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

MARQUES, Gleicy Corrêa Nunes; STALLIVIERI, Luciane. Estratégias Práticas para a Curricularização da Extensão. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 22, p. 1-30, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/53360/44500>. Acesso em: 25 nov. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de S.; DESLANDES, Sueli F.; NETO, Otávio C.; GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31a ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO. **Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação**. São Paulo: IFSP, 2022.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO. **Licenciatura em Letras-Português**. São Paulo: IFSP, 2022.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO. **Licenciatura em Matemática**. São Paulo: IFSP, 2022.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO. **Licenciatura em Química**. São Paulo: IFSP, 2022.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO. **Tecnologia em Gestão de Turismo**. São Paulo: IFSP, 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar: *In*: Veiga, Ilma Passos Alencastro (Org). **Educação Básica e Educação Superior: Projeto Político-Pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004. Cap. 1. p. 13-45.

Recebido em: 24/04/2024

Aceito em: 13/12/2024